O PODER DO CAPITAL TURÍSTICO EM TERRITÓRIOS CAMPESTRES NA PROVÍNCIA DE INHAMBANE-MOÇAMBIQUE

THE POWER OF TOURIST CAPITAL IN CAMPING TERRITORIES IN THE PROVINCE OF INHAMBANE-MOZAMBIQUE

EL PODER DEL CAPITAL TURÍSTICO EN TERRITORIOS DE CAMPING EN LA PROVINCIA DE INHAMBANE-MOZAMBIQUE

Ernesto Jorge Macaringue

Docente e pesquisador da Escola Superior de Turismo e Hotelaria, Universidade Eduardo Mondlane-Moçambique – África

Email: jorgitomapilele@gmail.com

Eguimar Felício Chaveiro

Professor Titular do Instituto de Estudos Socioambientais, da Universidade Federal de Goiás

Email: eguimar@hotmail.com

RESUMO

Como entender os impactos das políticas neoliberais, em particular, as que dão corpo à concretização de iniciativas privadas, e que se traduzem em imposições do capital em territórios dos campesinos – *Comunidades Locais*, na província de Inhambane? A partir desta questão, nos propomos a lançar um debate sobre os processos de territorialização do capital turístico, no contexto da implementação das políticas de desenvolvimento local no Município de Inhambane, província de Inhambane, em Moçambique. Nosso objetivo neste artigo é interpretar as transformações em curso no campo (espaço agrário). O debate parte do pressuposto de que, o turismo é um fenómeno social, que uns acham ser possível, através dele, se angariar ganhos económicos. Essa ideia valida, que no processo de promoção do turismo, se difunda e crie imaginários daquilo que se considere benefícios advindos do turismo: receitas tributárias para os governos; postos de emprego; parcerias entre os operadores turísticos com os produtores locais, fazedores de cultura, etc. O que estimula o imaginário desses benefícios económicos, e a ideia de que o turismo é o segmento económico que movimenta mais dinheiro, o setor socioeconómico que cria

mais postos de trabalho, quando se compara com outros ramos de atividades económicas. O material aqui tratado foi obtido através da pesquisa bibliográfica, revisão documental e observações de campo.

Palavras-chave: Capital estrangeiro. Espaço rural. Poder. Território campestre.

ABSTRACT

How to understand the impacts of neoliberal policies, in particular, those that embody the implementation of private initiatives, and which translate into impositions of capital in the territories of the peasants - Local Communities, in the province of Inhambane? Based on this issue, we propose to launch a debate on the processes of territorialization of tourist capital, in the context of the implementation of local development policies in the municipality of Inhambane, province of Inhambane, in Mozambique. Our aim in this article is to interpret the transformations taking place in the field (agrarian space). The debate starts from the assumption that tourism is a social phenomenon, which some think is possible, through it, to generate economic gains. This idea validates that in the process of promoting tourism, it spreads and creates imaginary of what are considered benefits from tourism: tax revenues for governments; job posts; partnerships between tour operators with local producers, culture makers, etc. What stimulates the imaginary of these economic benefits, and the idea that tourism is the economic segment that moves more money, the socioeconomic sector that creates more jobs, when compared to other branches of economic activities. The material treated here was obtained through bibliographic research, document review and field observations.

Keywords: Foreign capital. Rural space. Power. Country territory.

RESUMEN

¿Cómo entender los impactos de las políticas neoliberales, en particular, aquellas que encarnan la implementación de iniciativas privadas, y que se traducen en imposiciones de capital en los territorios de los campesinos - Comunidades Locales, en la provincia de Inhambane? Con base en este tema, proponemos lanzar un debate sobre los procesos de territorialización del capital turístico, en el contexto de la implementación de políticas de desarrollo local en el municipio de Inhambane, provincia de Inhambane, en Mozambique. Nuestro objetivo en este artículo es interpretar las transformaciones que se están produciendo en el campo (espacio agrario). El debate parte del supuesto de que el turismo es un fenómeno social, que algunos piensan que es posible, a través de él, generar ganancias económicas. Esta idea valida que en el proceso de promoción del turismo, se difunde y crea imaginarios de lo que se consideran beneficios del turismo: ingresos fiscales para los gobiernos; puestos de trabajo; asociaciones entre operadores turísticos con productores locales, creadores de cultura, etc. Lo que estimula el imaginario de estos beneficios económicos, y la idea de que el turismo es el segmento económico que mueve más dinero, el sector socioeconómico que genera más empleos, en comparación con otras ramas de actividades económicas. El material aquí tratado se obtuvo mediante investigación bibliográfica, revisión de documentos y observaciones de campo.

Palabras-clave: Capital extranjero. Espacio rural. Poder. Territorio del país.

INTRODUÇÃO

A região que abarca as autarquias[1] de Inhambane, de Maxixe e as *Comunidades*[2] *Locais* fundadas na zona costeira do distrito de Jangamo, são hoje conhecidas como *destinos turísticos*, mais procurados por turistas nacionais e estrangeiros. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2017, Maputo Cidade com 33.7%, província de Inhambane com 11.2%, e Tete 8.1% são as que têm o maior número de quartos. Dados da Direção Provincial da Cultura e Turismo (DPCT) indicam que em 2015 estavam registrados um total de 653 estabelecimentos turísticos. Destes estabelecimentos, só a autarquia de Inhambane, onde se localizam os núcleos turísticos considerados já consolidados, nomeadamente, Barra, Tofo, Tofinho Rocha, concentra 123, que correspondem a 18.8% dos estabelecimentos turísticos de toda a província.

Tal como se pode subentender, os núcleos turísticos considerados já consolidados, nomeadamente, Barra, Tofo, Tofinho Rocha, são os que reúnem melhores condições para atender aos *visitantes*. Em função do que a literatura revela, as condições para atender os turistas incluem, estradas ou vias de acesso, equipamentos para oferta de atividades de lazer e recreação, no caso específico da autarquia de Inhambane, pode-se citar a contemplação da paisagem na praia, nas dunas, nas discotecas, bares, no meio social local, a pratica de mergulho é considerado, o principal segmento turístico da provincia de Inhambane (DIRECÇÃO PROVINCIAL DO TURISMO, 2014).

O processo de criação de condições nesses núcleos, que inclui o zoneamento turístico, o licenciamento de empresas especializadas, não apenas para lazer, restauração, hospedagem, envolve ainda, a criação de locais para uso pela população local, para venda de bens de artesanato, bens alimentares, souvenirs, animação, guias de turismo, etc. Em

[1] De acordo com, o n° 2 do art. 272 da Constituição da República, as autarquias são "pessoas coletivas públicas dotadas de órgãos representativos próprios que visam a prossecução dos interesses das populações das respetivas zonas de jurisdição".

[2] O nº 1 do artigo 1 da Lei de Terras nº 19/97 refere que a *Comunidade Local* é um agrupamento de famílias e indivíduos, vivendo numa circunscrição territorial de nível de localidade ou inferior, que visa a salvaguarda de interesses comuns através de protecção de áreas habitacionais, áreas agrícolas, sejam cultivadas ou em pousio, florestas, sítios de importância cultural, pastagens, fontes de água e áreas de expansão.

função disso pode-se observar que em alguns pontos, por exemplo, na linha de preia-mar, como nas dunas, a forma como o mercado popular está estruturado no núcleo de Tofo, permitindo que se interprete esse processo nos seguintes termos: não tem havido o cuidado de observância da lei de terra 19/97, e muito menos as condições frágeis em que o ambiente costeiro se apresenta.

Por outro lado, pode-se dizer que, o processo de criação de condições para atendimento aos turistas, como parte da operacionalização das políticas neoliberais, na autarquia de Inhambane decorre a partir de uma combinação de ações que incluem, facilitação para concretização de negócios turísticos.

No entanto, entre outras condições para emergência de forças produtivas no turismo, pressupõe também, o domínio desse segmento e existência de capacidades financeiras. Ora, a partir da analise da história de Moçambique, pode-se dizer que os negócios turísticos, são até então, abraçados pelos Sujeitos estrangeiros; execução de planos de construção de empreendimentos turísticos; melhoramento e abertura de vias de acesso e; realização de campanhas de fomento e de promoção do turismo.

Há que se referir que, tanto a emergência das forças produtivas no turismo, como o processo de fomento e de promoção do turismo insere-se naquilo que KNAFOU (1999) chama de criação de *lugares turísticos*, que por um lado, envolve a "colocação de produtos turísticos" – *sol e praia*, e o por outro, a promoção de investimentos turísticos privados.

Na autarquia de Inhambane os locais procurados pelos investidores turísticos, fazem parte dos territórios camponeses, pelo que, os processos de criação dos lugares turísticos geram conflitos e ou contradições criadas pelas políticas neoliberais. Nesse contexto, o artigo faz uma análise das políticas neoliberais que concretizam as iniciativas turísticas privadas na autarquia de Inhambane, onde há indícios de imposições em espaços que sustentam a existência dos camponeses, pescadores na província de Inhambane, daí a razão do termo *territórios campesinos.*

A análise desenvolvida, se enquadra nas correntes teóricas, que centram seu foco na interpretação dos desdobramentos dos programas públicos, que se encaixam nos discursos vinculados ao desenvolvimento local em Moçambique, como são os casos de

planos e políticas avulsas, que incluem, o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo[3]; Política Nacional de Terras.

De acordo com o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo, o que sustenta a ideia de se promover o turismo como segmento sócio-económico são as possibilidades que se considera existirem para coleta receitas, para geração de emprego, para gestão sustentável dos bens naturais. A condição básica para concretização do turismo, para realização de negócios turísticos e para o desfrute da experiência turística, através de viagens reside na existência dentro da sociedade, de classes sociais com capacidades de mobilização de recursos financeiros acima das suas necessidades básicas.

O documento está organizado em três parte: a primeira trata-se de procedimentos metodológicos que foram constituidos na pesquisa – e neste trabalho; a segunda faz-se apresentação da autarquia de Inhambane e na terceira procedeu-s a contextualização do turismo em Moçambique.

CONSIDERAÇÃO SOBRE OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O caminho seguido para compreender os contornos do poder do capital turístico em territórios campestres na autarquia de Inhambane, província de Inhambane, privilegiou a combinação de revisão bibliográfica, da consulta documental e de interação com os diferentes segmentos sociais, em particular, profissionais do turismo, alguns membros das comunidades visitadas, técnicos públicos, lideres de confissões religiosas, educadores de campo, etc.

Os dados analisados neste artigo, compreendem dados estatísticos, discursos, posições de dirigentes e dos promotores de desenvolvimento, fatos observados no campo e informações obtidas em conversas e ou diálogos com a população.

Quanto à abrangência, os dados discutidos aqui neste artigo cobrem apenas a área da autarquia de Inhambane, que se apresenta em três formas espaciais: zona de

[3] Desde que Moçambique passou a se beneficiar de assistência técnica do FMI, o Governo central através dos ministérios tem elaborado planos, que resultam de um amplo debate, pelo menos no seio dos burocratas nacionais e internacionais. Alguns planos são de ciclo curto - Planos Económicos e Sociais, outros de médio – Planos de Acção para Redução da Pobreza, e outros ainda, de longo prazo – Planos Estratégicos. Em 2015 foi lançado o Segundo Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo em Moçambique.

edifícios construídos na base de material convencional; zona de edifícios construídos por materiais convencionais e não convencionais, com ou sem arruamentos, o que denota ser uma zona em processo de urbanização e; a zona de edifícios construídos na base de materiais convencionais e não convencionais, muito dispersos, intercalados por espaços cobertos de vegetação natural e campos de cultivo, o que revela ser zona de expansão urbana.

A AUTARQUIA DE INHAMBANE E AS TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS

Nesta seção faz-se uma breve apresentação da organização socio-econômica da autarquia de Inhambane e dos traços gerais das transformações socio-espaciais ocorridas.

A autarquia de Inhambane tem uma extensão territorial de 195 km^2, que representa apenas 0.3% de toda extensão territorial da província de Inhambane (INE, 2013). Faz limite através da Baia de Inhambane, a Norte e a Oeste, com a autarquia de Maxixe, e nos extremos Este e Sul, faz fronteira com o distrito de Jangamo. No que diz respeito à localização, dista a cerca de 480 km em relação à capital moçambicana, cidade de Maputo.

De acordo com dados do Conselho Municipal da cidade de Inhambane (2013), a divisão administrativa, está subdividida em 23 unidades administravas Dessas unidades, 22 são classificadas como *bairros* e, uma é classificada como *localidade*. Bairro e Localidade são unidades administrativas (categoria espacial) mais pequenas no quadro da divisão administrativa constitucionalmente estabelecida.

Define-se *localidade*, "a unidade territorial base da organização da administração local do Estado na qual se estabelecem os primeiros contatos dos Órgãos Locais do Estado com as comunidades locais e as respetivas autoridades" (Lei dos órgãos locais do Estado). As localidades incorporam as povoações, aldeias e outros aglomerados populacionais localizados no respetivo território. E o termo bairro refere-se a uma categoria espacial urbana.

A toponímia atribuída aos bairros autárquicos de Inhambane combina nomes históricos e de identidade cultural. Os bairros com nomes que evocam identidade cultural são *Muele-1, Muele-2, Muele-3, Balane-1, Balane-2, Balane-3, Chalambe-1, Chalambe-2, Chalambe-3, Conguiana, Malembuane, Machavenga, Guitambatuno, Marrambone, Mucucune, Nhamúa, Chamane*, *Salela e Siquiriva,* e os bairros com nomes históricos são *Liberdade-1, Liberdade-2, Liberdade-3 e Josina Machel.* O nome da localidade, Ilha de Inhambane expressa a forma físico-natural (CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE INHAMBANE, 2013).

Quanto aos habitantes, a autarquia de Inhambane, segundo dados estatísticos de Instituto Nacional de Estatística, conta com um total de 79.724 mil habitantes, que correspondem a 5,1% de toda a população da província de Inhambne, e, uma densidade de 379 hab/km^2 (INE, 2015).

As gravuras espaciais[4] que diferenciam as faces espaciais aqui listadas são os edifícios de utilidade pública (escritórios, lojas), as casas, as vias de transito (estradas, linhas férreas), os sistemas de distribuição dos sinais de telefonia móvel (o meio técnico atual) e da corrente elétrica. Assim, com base no critério usado pelo Instituto Nacional de Estatística - INE (2017) na categorização das habitações, que sugere cinco tipos de habitações particulares: i) casa convencional com cozinha e casa de banho dentro de casa; ii) casa convencional sem casa de banho ou cozinha dentro de casa; iii) flat/apartamento; iv) palhota; v) casa improvisada, pode-se dizer que a primeira face espacial do município de Inhambane está refletida nas casas convencionais com cozinha e casa de banho e nas flats/apartamentos; a segunda face contempla casa convencionais com ou sem cozinha e casa de banho no interior da casa e a terceira face é formada por casas sem cozinha e casa de banho no interior de casa, por palhotas, e casas improvisadas.

Além de construções, os outros elementos que determinam as feições observáveis são as plantas, em particular, as espécies cultivadas nativas e não nativas. Das espécies nativas a mafurreira é uma das poucas espécies cultivadas, na região sul de Moçambique, que resiste aos processos de substituição pelo coqueiro, cajueiro, citrinos

[4] Disponível em:<http://www.joseforjazarquitectos.com/textos/gestao.html >. Acesso em: 20 de out. de 2020.

entre outras espécies que conquistaram os corações dos povos africanos, devido ao seu valor socioeconómico e à sua fácil adaptação ao meio ambiente costeiro desta região.

Desde que este espaço foi alcançado pelos mercadores asiáticos, e mais tarde, sob domínio da administração colonial portuguesa, como até na atualidade em que se luta pela autodeterminação dos povos africanos a população local nunca conseguiu viver fora do circuito da agricultura itinerante, pesca baseada em tecnologia artesanal, alguma que compromete a vitalidade da vida aquática.

Neste local, historicamente as culturas praticadas incluem, cereais, leguminosas, hortaliças, tubérculos e fruteiras, muitas delas não nativas, como são os casos de abacateiro, os citrinos, mandioqueiras, hortaliças, etc. A mafurreira é das poucas espécies que é oriunda da região *Meridional de Moçambique*, que está vinculada na cadeia das culturas de rendimento. Nestes termos, pode-se dizer que a agricultura de pequena escala, desenvolvida em solos muito pobres e dependente da chuva é a atividade mais desenvolvida.

A atividade comercial informal, que é praticada, em todos os bairros suburbanos, periurbanos e no centro da cidade, em mercados populares, e nas ruas, esquinas onde circulam muitas pessoas, corresponde um setor econômico complementar na economia doméstica, que concentra grupos populacionais mais jovens, como ainda, mulheres. Há que se referir que o comércio informal não tem sido bem acolhido pelos gestores municipais, que o acusam de ser o segmento econômico mais responsável pelos problemas ambientais.

A literatura atenta aos processos de transformação social em Moçambique pós-independência pode ser agrupada em três períodos: o primeiro grupo diz respeito, aos estudos e pesquisas que analisam as decisões políticas e as ideologias que as sustentaram para sua adoção, que vigoraram entre os anos de 1975 a 1987. De acordo com Mosca (2010), o modelo de planificação centralizada, coadjuvado com as políticas e estratégias agrárias inspiradas em postulados do Marxismo-Leninismo foram uma parte dos fatores que ditaram o colapso da economia Moçambicana (MOSCA, 2010).

No entanto, há que se dizer que, o modelo produtivo que foi equacionado nesse período, por razões óbvias conferiu prioridade à transformação da estrutura social, caracterizada pela agricultura camponesa, mão-de-obra braçal, rede de comercialização

agrária baseada em partir de *grandes empresas estatais*, cuja sua função seria o produzir intensivamente, bens para consumo local e para exportação. Essas grandes empresas tinham ainda, a responsabilidade de empregar a mão-de-obra local, como ainda, de absorver toda a produção excedente gerada nas *pequenas e médias machambas,* exploradas pelo campesinato, tanto na forma singular, como, na forma coletiva – cooperativas.

Nessa estrutura projetada, a organização espacial da populacional deveria ser baseada em aldeias comunais, que gradualmente deveriam substituir as povoações dispersas. As aldeias comunais constituíam, uma *forma racional de ocupação do espaço*, enquanto, as povoações dispersas ou agrupadas, como uma forma irracional de ocupação do espaço, que estabeleceriam a continuidade de *tribalismo*.

Neste artigo discutimos, na perspectiva descritiva, as dinâmicas espaciais na Autarquia de Inhambane, na província de Inhambane, em Moçambique, que resulta de um conjunto de iniciativas privadas e públicas, no âmbito da concretização dos programas do governo, desde os meados da década de 1990.

A costa Moçambicana na totalidade, incluindo todas as áreas de conservação declaradas e não só, é alvo de processos de territorialização do capital turístico. No caso particular, o litoral do Município da Cidade de Inhambane – objeto deste artigo, o processo de territorialização do capital turístico, se traduz pela ocupação e aquisição de terra[5]; edificação de instâncias turísticas; abertura de ruas/construção de estradas; etc. No entanto, esses processos se dão em territórios que albergam sistemas que sustentam a vida dos camponeses. Será que esse processo concorre para consolidação do espaço turístico, como produto de "imposições do capital" aplicado no turismo, que não apenas sujeita os trabalhadores simples aos ditames do capital, como também, impõe-se sobre as instituições do Estado, em particular, aos que órgãos cuja sua missão é promover um ambiente socioeconómico cada vez mais saudável, como ainda, garantir a manutenção da soberania nacional?

[5] A terra é propriedade do Estado. Os cidadãos apenas adquirem o direito de uso e aproveitamento. Esse direito é adquirido através de ocupação de boa-fé, herança e concessão feita por órgãos de soberania e de representação do Estado. Cf. MOÇAMBIQUE. Constituição da Republica. Maputo, 2004; Moçambique. Lei nº 19/97 de 1 de Outubro. Maputo, 1997.

Os processos de territorialização do capital turístico em Moçambique, tendo em conta, o período em que foram retomados - da década de 1990 para cá – pode-se dizer que ocorrem no quadro das reformas de reajustamento estrutural impostas pelas instituições de *Bretton Woods*, pelo que são parte do *modus operandi* dos governos e, dos agentes econômicos no âmbito da implementação das políticas públicas neoliberais.

No nosso entender, as dinâmicas espaciais em curso resultam dos processos de "territorialização" do capital turístico que, se mescla desarmonicamente, nos sistemas que sustentam a vida dos camponeses. Moçambique tem registado grandes transformações espaciais caracterizadas pelo surgimento de "objetos espaciais" destinados para reprodução do capital[6]. Pode-se citar o caso das tores das redes de telefonias móveis, que acrescentam o número- ; os postes de distribuição da corrente elétrica; as estradas de ferro/linhas férreas - na sua maior extensão, destinadas para escoamento das matérias-primas; os complexos turísticos que ocupam extensões de terra, etc. Esses objetos espaciais de reprodução do capital, edificados para atender os "desejos" de sujeitos das classes média e rica, disputam o espaço com os barracões de madeira e zinco, com casas de alvenaria, casas feitas na base de combinação de caniço, adobe, folhas de coqueiro, capim, com cemitérios familiares, curais, capoeiras, machambas objetos necessários para concretização da vida dos camponeses.

Em Moçambique o debate em curso, nos últimos anos, no domínio de economia gira em torno de "desenvolvimento rural", da promoção do emprego, do investimento direto estrangeiro, da industrialização (PEDSA, 2011; EDR, 2007; MOSCA, 2014; MUCAVELE, 2015; CASTEL-BRANCO, 2010; DE BRITO, 2017).

A documentação do governo, nomeadamente, Plano Estratégico para Desenvolvimento do Setor Agrário (PEDSA), Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDR), Estratégia Nacional de Desenvolvimento (END), Plano de Acção para Redução da Pobreza (PARP) apresentam o país como sendo abundante em recursos naturais, a produção e produtividade no setor agrário registra níveis baixos, as fontes de rendimento da população de um modo geral são limitadas. Os mesmos documentos colocam como caminhos de saída a necessidade de atração de mais investimentos privados estrangeiros.

[6] O sentido de capital neste ensaio teórico é o mesmo que é concebido por Thomas Piketty, na obra *O Capital no século XXI*. Tradução Monica Baumgarten de Bolle. 1ª ed,. Intrínseca. Rio de Janeiro. 2014

Pode-se dizer que o governo está a procura de uma espécie de "terapia para as enfermidades históricas" do país. O país está debilitado em função de alguns fatos. Entre esses fatos que explicam a debilitação do país pode-se enumerar: Moçambique não conseguiu manter a cadeia de infraestruturas de produção edificadas pelo sistema colonial; o sistema de educação abarca ainda pouca fração da população; o desemprego e a informalidade são gritantes; há a baixa produção e produtividade; vê-se a ausência de tecnologias modernas; a pobreza continua estendida em todas as regiões do país e junto a ela, a fome. Esse quadro de problemas implica na ação turística.

A entrada do capital turístico, do capital aplicado no agronegócio, do capital financeiro aplicado no negócio de bens florestais enquadra-se no contexto de resposta para os desafios identificados pelo governo: de um total de 36 milhões de terra arável apenas 15% é que está sendo aproveitada; os níveis de produção agrícola estão muito abaixo do que outros países conseguem alcançar, por exemplo, os rendimentos médios atuais de milho situa-se em 0.9 ton/ha, da mapira em 0.6 ton/ha, do arroz está fixado em 1.0 ton/há. Essas cifras representam menos da metade dos padrões de produção regional.

A sociedade Moçambicana em termos do perfil sócio-econômico pode-se dizer que é agrária. Estima-se que 66.6% da população está fixada no campo (INE, 2017). Os setores econômicos que concentram mais a população são agricultura, silvicultura, pesca e extração mineira. Ambos agregam 66.8% da população economicamente ativa. Como se pode ver nos dois indicadores da força de trabalho, o quadro económico-ocupacional é desconfortável, pelo que, há que revertê-lo!

A resposta do setor privado estrangeiro até aqui mostra escolha aos setores do turismo, extração mineral, agronegócio e mercado financeiro. O setor do turismo é o que tem recebido maior número de propostas de projetos de investimentos em comparação com os outros. A ideia de que o país é abundante em recursos naturais, em particular, possui terra disponível, lugares avaliados como paisagens bonitas, praias atrativas, rico em biodiversidade. A região costeira da província de Inhambane é classificada como sendo rica em atrativos turísticos, pelo que é alvo de concessões de terra para investimentos turísticos. Uma das perguntas que se pode colocar é a seguinte: até que ponto o governo de Moçambique tem negociado com os detentores do capital turístico estrangeiro, de tal forma que, sejam salvaguardados os interesses dos sujeitos

territorializados em locais vistos como ricos em potencialidades para desenvolvimento do turístico?

Consideramos esta pergunta como fio condutor para perceção das dinâmicas espaciais na província de Inhambane, que quanto a nós, são produto de imposições do capital estrangeiro aplicado no turismo. Há um reconhecimento de que a compreensão das relações dos atores de atores de territorialização é uma tarefa gigantesca, dado que exige não apenas análise daquilo que é dado de bandeja, como também, há que se procurar o que de forma premeditada se esconde, pelo que, neste artigo – de imersão aos conteúdos das relações dos atores de territorialização na região costeira de Inhambane, o nosso objetivo é descrever as transformações espaciais, em que nos propomos a destacar o avanço das ocupações de empreendimentos turísticos, os problemas ambientais gerados pelo turismo.

Os materiais analisados neste artigo são basicamente dados secundários que estão disponíveis em órgãos públicos, dados primários recolhidos esporadicamente pelos alunos de graduação dos cursos de turismo na Escola Superior de Hotelaria e Turismo, como também, dados recolhidos no âmbito das visitas de estudos individuais ou em equipes de trabalho. Em termos de cobertura do espaço temporal, os dados primários abarcam o período compreendido entre 2006 a 2020. Por sua vez, os dados secundários cobrem os anos em que os portugueses chegaram a baía de Inhambane.

Observa-se que os camponeses perdem as suas parcelas de vida, isto é, há desintegração dos territórios campestres e sua substituição emergem novos territórios de diluição do substrato humano. As facilidades para as ocupações em curso pelo capital turístico e estrangeiro em Moçambique estão nas "alegadas oportunidades" que são vistas no turismo: alternativa para diversificação das fontes de rendimento, fonte estratégica para financiamento de programas de conservação de bens naturais, etc.

A estrutura económica de Moçambique é fortemente dominada pelo setor agrário de pequena escala, a indústria não está conectada com a agricultura, as infraestruturas existentes nomeadamente, as estradas, linhas férreas e pontes - não permitem uma conexão entre os centros de produção com os centros urbanos, as redes de abastecimento de corrente elétrica, de abastecimento de água potável, dos sistemas de rega e drenagem, etc. – não alcançam onde a maioria da população está fixada.

O país é descrito em termos da rede de infraestruturas para provisão de serviços essenciais (escolas e unidades sanitárias) e facilidades de produção – o país não dispõe de cadeia de mercado de insumos e fatores de produção - como deficitário.

Nessas condições nas opções colocadas, enfrenta problemas estruturais que não favorecem a promoção de agroindústria, como também, é incapaz de produzir bens em quantidades para satisfação das necessidades internas. Ver empregos, sem capacidade a maior parte dos bens que gera são transacionados como matérias-primas enfrenta dificuldades para angariação de receitas, para estimular formas de trabalho assalariados têm favorecido a abertura de país para aceitação de investimentos turísticos estrangeiros.

Não pretendemos discutir a veracidade dos tais benefícios, ou a pertinência da abertura das fronteiras do país para investimentos estrangeiros. A nossa proposta do debate é lançar um olhar em alguns aspectos inerentes às relações entre o capital turístico estrangeiro com o governo.

Observando os dados disponíveis sobre a territorialização do capital turístico, sobressai a ideia de o turismo se instala em ecossistemas frágeis e em locais de domínio público. O processo de concessão de terra é muito contestado dos camponeses.

Não há dúvidas dos benefícios sócio-econômicos do turismo, porém, considerando o lado oposto desses prováveis benefícios há uma tendência de se negligenciar a violência simbólica que acompanha a territorialização do capital turístico em territórios campestres em Moçambique. Territórios campestres constituem uma das categorias espaciais da formação socioeconómica Moçambicana.

CONTEXTUALIZAÇÃO DAS IDEIAS QUE SUSTENTAM O TURISMO EM MOÇAMBIQUE

O turismo, como um segmento económico em Moçambique, não é recente. Existe evidencias no espaço que revelam que foi também introduzido pelo sistema colonial. A história do surgimento das áreas declaradas como de proteção e de conservação (Gorongosa, Reserva Especial de Maputo, demonstra a sua relação intrínseca, com as atividades de aventura, de caça cinegética, que são meramente formas

de satisfação turística. Outra evidência, é nos proporcionada pelo estudo conduzido pela Sociedade de Estudos de Moçambique, em 1963, que revela como o negócio do turismo cinegético foi introduzido em Moçambique, antes da década de 1960.

De acordo com esse estudo, percebe-se que nas áreas naturais praticavam-se negócios que se enquadram no turismo cinegético, como também, a administração colonial concedia porções de terra para o turismo cinegético e outras atividades. As expressões *herdades de caça*, *reservas de floresta de caça e coutadas,* evidenciam as concessões de pedaços de terra, enquanto, a expressão *parques naturais*, indica a adoção de ideias de delimitação de áreas com bens considerados de maior valor ecológico, económico por parte da administração geral (SOCIEDADE DE ESTUDOS DE MOÇAMBIQUE, 1963). Outrossim, as unidades turísticas implantadas nos principais centros urbanos, os destinos turísticos mais dinâmicos, que estão situados na região Sul, e afastados do perímetro de Grande Maputo, nomeadamente, praia de Ponta de Ouro, praia de Bilene, praia de Xai-Xai, praia de Tofo, praia de Vilankulo e praia de Inhassoro, fazem parte das *heranças coloniais* inscritas como *espaços turísticos*.

Todos os espaços turísticos aqui listados, que hoje são bandeiras no domínio, daquilo que o país tem para oferecer aos que fogem a vida urbana, aos amantes de atividades de aventura e de apreciação das maravilhas costeiras tropicais *turísticos*, em função da sua história, somos impelidos a afirmar que são parte integrante do conjunto de lugares de reprodução do *capital colonial* ou associado ao sistema colonial português. O aspecto mais marcante desses espaços turísticos, é que o seu nascimento decorreu num contexto em que, uma das características das relações sociais, é a exclusão com base na raça da pele, do status social dos sujeitos africanos.

Ocorreu que, por razões associadas ao processo revolucionário, os negócios que se esquadram no turismo, à semelhança de outras atividades económicos associadas ao capital privado colonial, que floresciam em Moçambique, na sua maioria ficaram paralisadas[7]. Obviamente, numa primeira fase, a estagnação dos negócios turísticos abrangeu apenas as formas de turismo baseado em atrativos naturais, isso, entre o ano de 1975 até início da década os primeiros anos da década de 1980, e mais tarde, com a

[7] Cf. Mosca (1996). Evolução da Agricultura Moçambicana no período pós-independência.

intensificação dos ataques militares, o problema afetou também áreas urbanas, na década de 1990. A conjuntura política interna, que culminou com a adesão de Moçambique às instituições de *Bretton Woods*, permitiu a retomada das atividades paralisadas, incluindo, os negócios turísticos (alojamento, restauração, etc.).

A retomada de negócios turísticos em Moçambique, nos meados da década de 1990, ocorre no quadro das *reformas de reajustamento estrutural*[8] e, num contexto em que, as ideias mais dominantes, no âmbito das políticas públicas, são as que estão alinhadas aos princípios neoliberais[9]. Vale apena aqui resgatar a critica de Milton Santos (2005) sobre globalização designa, de globalização de informação e comunicação, são esteios que tem dinamizado a circulação do capital e das pessoas, desde os políticos, empresários, trabalhadores, pastores em todo o mundo. David Harvey (2011) define o capital como o "sangue que flui através do corpo político de todas as sociedades capitalistas, espalhando-se, às vezes como filete e ouras como uma inundação, em cada canto e recanto do mundo habitado" (HARVEY, 2011).

O turismo é espetacularmente introduzido no tecido sócio-econômico moçambicano, na logica neoliberal – livre-mercado, livre-comércio. Os cenários que se registram noutros países mais desenvolvidos, incluído, a vizinha Africa do Sul, no domínio dos dinheiros movimentados pelos negócios turísticos, postos de emprego gerados pelo turismo, receitas fiscais que os governos coletam sob várias formas, são usados como referências para Moçambique lutar por alcançá-las. Os decisores políticos de Moçambique embalam-se nesses sonhos. Há um velho ditado que diz, "sonhar não é proibido".

No entanto, olhando o rumo dos acontecimentos, tudo nos leva a dizer que, os processos de integração do turismo, por meio de espacialização dos empreendimentos, produto de demarcação da terra com condições naturais e ou adaptadas pela técnica para o lazer, recreação entre outras atividades, pode-se dizer que, há uma tendência de se

[8] Cf. Abdul Magid Osman e Nelson Saúte. *Moçambique no mundo: a competição subtil*. In: Desafios para Moçambique 2010, trazem elementos para compreensão dos fatores que ditaram a adoção de programas de reajustamento estrutural.

[9] Harvey (2011), define neoliberalismo como um projeto de classe que surgiu na crise dos 1970. Mascarado por muita retórica sobre liberdade individual, autonomia, responsabilidade pessoal e as virtudes da privatização, livre-mercado e livre-comércio, legitimou políticas draconianas destinadas a restaurar e consolidar o poder da classe capitalista.

negligenciar os direitos das pessoas fixadas nos espaços escolhidos para acolher negócios turísticos.

A partir da descrição de João Mosca (1996) sobre a penetração do capital colonial em Moçambique, permite-nos afirmar que a prática do turismo, e consequentemente, a realização dos negócios turísticos demarca a transição de economia primitiva para outros graus: comercial, capitalista.

No contexto atual, a maioria dos moçambicanos, mal se sustenta, a introdução dos negócios turísticos é vista na melhor das intenções, como complemento das forças produtivas existentes. Mas há que se pensar também, que o processo de integração do turismo faz para da *desativação agrária na África Subsaariana* (PLOEG, 2008), como parte integrante de uma estratégia das forças externas, que estão em oposição das vontades das forças produtivas locais. Nesse caso, se não houver capacidades para desmantelar a lógica do capital colonial instituída, que tem seus pilares na exploração da mão-de-obra barata, apropriação dos bens naturais, e tendo como, seu fim, a satisfação dos desejos das classes sociais privilegiadas – funcionários da administração colonial, empresários, assimilados, etc.

A análise dos processos de restruturação do turismo em Moçambique aqui desenvolvida, equaciona a existência de tensões sociais, como produto histórico que resulta de processos revolucionários violentos, implementação de políticas neoliberais hostis ao campesinato. Esses processos não afetaram negativamente apenas o campesinato, como também, as classes privilegiadas. No caso específico dos camponeses, as políticas de socialização do campo, entre outras decisões políticas, ignoraram as lógicas da sua reprodução social. A compreensão e interpretação das iniciativas dos processos que concretizam a fixação de negócios turísticos no Município de Inhambane, província de Inhambane, em Moçambique é o interesse deste trabalho. Neste artigo não se pretende negar e nem propor linhas de concretização de iniciativas 'desenvolvimento local', como tal, mas, participar num debate de um tema tão complexo e polémico, como é o caso do turismo na contemporaneidade.

O turismo nos países como Moçambique, que se debate com formas de trabalho precárias, altos índices de analfabetismo, com défice cobertura dos serviços básicos, se instala em zonas onde as pessoas mal conseguem obter o mínimo para sua

sustentação, e pior ainda, é que sob pretexto da necessidade de conservação bens naturais, comunidades inteiras são desintegradas das suas terras. Os defensores do Turismo, em particular, a Organização Mundial do Turismo (OMT), no relatório de 2015 fala de biliões de oportunidades providenciadas pelo turismo em todo o mundo. Na realidade, o turismo é um segmento socioeconómico que gera benefícios para as elites económicas, tal como referem FERNANDES e COELHO (2002).

A imagem que se tem do turismo, no seio do governo em Moçambique, é de um segmento económico com largas oportunidades para geração de postos de emprego direto e indireto, como também, para incremento de receitas tributárias e suporte de agendas (iniciativas ou programas) de conservação da biodiversidade, etc. Essa imagem está refletida na Política do Turismo na secção 3, que diz que caracteriza apresenta os fundamentos de turismo como motor de crescimento, nos seguintes termos, a tendência de crescimento de negócios turísticos e a consequente sua contribuição no PIB.

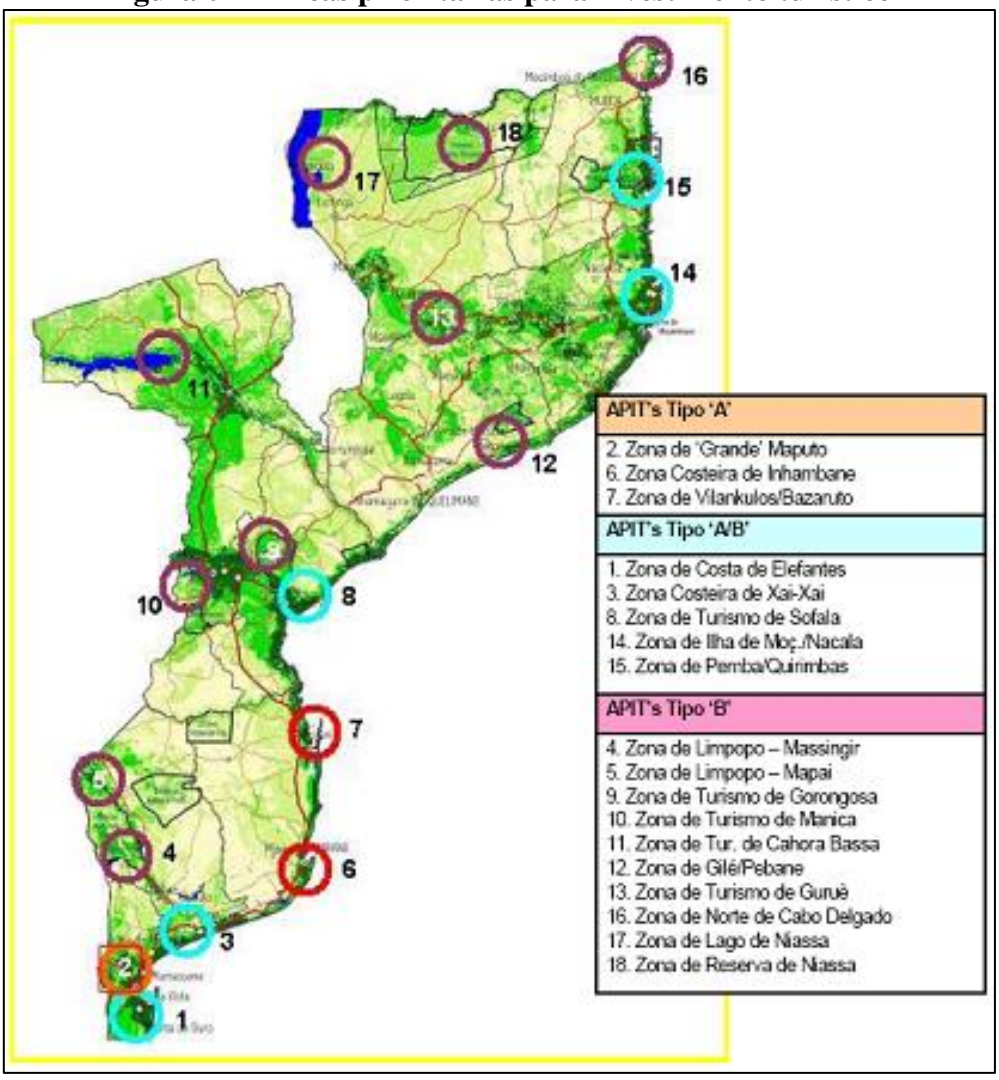
> Em todo o mundo, o turismo é o sector que revela uma crescente importância económica. É uma indústria que em 2001 contribuiu com 4,2 por cento para a formação do Produto Interno Bruto (PIB) da economia mundial global e emprega cerca de 8,2 da população mundial economicamente activa. Como um sector económico, o turismo é um dos que pode trazer crescimento e emprego na escala necessária para fazer a diferença em Moçambique, bastando para o efeito que o desenvolvimento de Moçambique como destino turístico seja gerido de forma estratégico e sustentável (MOÇAMBIQUE, 2003, p.77).

Por sua vez, no Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique (2004-2013) no subcapítulo 2.3.1 citando o Plano de Ação do Governo para a Redução da Pobreza Absoluta – (PARPA), que diz:

> O turismo é visto como um "setor complementar" por se encontrar intrinsecamente ligado a muitas das prioridades primárias, o que lhe confere um papel significativo no desenvolvimento económico do país. Referência particular é feita no PARPA no papel do turismo no estímulo da procura para bens localmente produzidos, contribuindo então para a criação de mais oportunidades de emprego e para importância da criação de uma cultura do "turismo doméstico" como estratégia do aumento das receitas globais do turismo (PEDTM 2004 – 2013, 2004, p.16).

A reconfiguração do espaço nacional, tal como ilustram as figuras 1 e 2, áreas declaradas como de proteção, como ainda, toda a extensão da linha costeira, estimada em 2500 km, para serem adaptadas para servir os interesses de capital, como lugares turísticos tem em vista, ampliar o espaço de reprodução do capital privados, e não geração dos ganhos indicados nos instrumentos de planificação do governo.

Figura 01 – Áreas prioritárias para investimento turístico



Fonte: PEDTM 2004-2013 (2004, p. 27).

No entanto, o processo de concretização de empreendimentos turísticos não ocorre em harmonia com o macrozoneamento de TBT (Fofo, Barra, Tofinho e Praia de Rocha), que culminou com a criação de sete zonas:

i) Zona de desenvolvimento agrícola;

ii) Zona de proteção comunitária;

iii) Zona de reflorestamento comunitário;

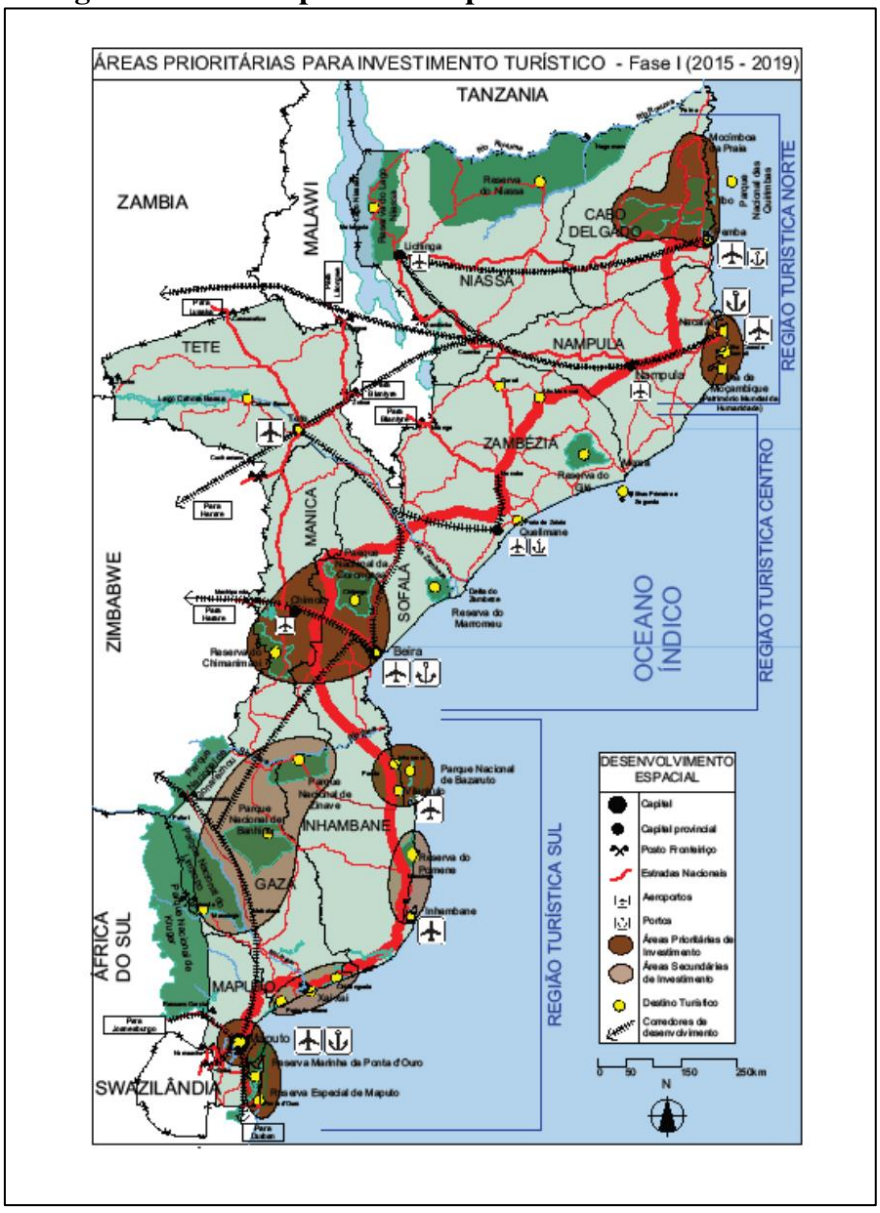
iv) Zona de turismo de alta qualidade;

v) Zona de turismo de media qualidade;

vi) Zona de pesca à linha e de rede;

vii) Zona de desenvolvimento pecuário.

Figura 02 – Áreas prioritárias para investimento turístico



Fonte: PEDTM (2015, p.43).

O macrozoneamento de TBT (Fofo, Barra, Tofinho e Praia de Rocha) resultou de um trabalho realizado pelo MICOA (CDS-ZC/DPCA-Inhambane/Equipe Tecnica Provincial (Governo Provincial de Inhambane) e Conselho Municipal da Cidade de Inhambane.

Figura 3 – Empreendimentos turísticos edificados nas dunas na Zona Turística de Barra



Fonte: Base de dados do Projecto Sistemas de Gestão de Terra no Município de Inhambane, 2012.

A desarmonia que foi referida, diz respeito aos seguintes aspetos: tipo ou categoria de empreendimento turístico, não inferior a três estrelas; não construção em pontos elevados das dunas e, não obstrução da visão e acesso ao mar. Dos 67 empreendimentos edificados, 48 não se enquadram no requisito de categorias exigida, como ainda, observações no terreno constataram empreendimentos em pontos altos.

Figura 4 – Recorte espacial da Zona Turística da Barra



Fonte: Imagem Google Earth Pro (2020).

A nossa interpretação em relação aos processos de criação de lugares turísticos, é de que os modelos de planificação *top-down*, isto é, concebidos de cima para baixo, que tem sido pratica seguida em Moçambique, tende a negligenciar os interesses dos camponeses, que não se configuram na logica das visões do mercado.

O que sustenta a nossa afirmação é que, os locais onde bifurcam os empreendimentos turísticos, antes da chegada dos negócios turísticos eram pontos de praticas culturais, de atracagem das embarcações dos pescadores locais, etc. Com a chegada do turismo, as praticas populares e da economia locais, com as concessões de terra nas dunas, como na costa são obrigados a se deslocarem para novos pontos.

Assim, o processo de ocupação da terra, e a consequente edificação de empreendimentos turísticos, em áreas definidas como prioritárias para desenvolvimento do turismo, é promovido a partir dos impulsos de que, o turismo em função dos fluxos de dinheiro e das receitas globais, dos postos de emprego em escala mundial, já que na atualidade o turismo nas receitas e postos de emprego, diz-se que está em melhor posição,

quando comparado com os setores tradicionais, em particular, agricultura, pecuária, pesca, incluindo atividades do setor industrial.

A faixa costeira na autarquia de Inhambane, que é parte integrante das áreas definidas como prioritárias para o turismo, está inserida dentro dos territórios comunitários – Comunidades Locais. Na realidade essas áreas consideradas prioritárias, os usos humanos são menos intensos, e como corolário, ainda preservam traços típicos e endémicos da savana tropical.

As práticas atuais de gestão do turismo colocam em perigo os ecossistemas costeiros frágeis, desmantelam as territorialidades rurais.

Olhando os dados do turismo mundial, facilmente se percebe que quem tira mais proveitos pelo turismo são os mesmos países mais ricos do mundo. O continente africano, diante dos vários problemas: conflitos militares, miséria, fome cíclicas, tanto os governos, como os investidores econômicos não tem concentrado sua atenção ao turismo. Quem investe no turismo em Moçambique é o capital estrangeiro. As transformações espaciais em curso no Município de Inhambane, em grande medida, revelam o desafeto que existe entre os investidores com os lugares onde operam – não existe o compromisso com a preservação dos recursos que atraem turistas.

Ora, ao fazer-se menção no título do *poder do capital turístico impondo-se em 'territórios campesinos*, a ideia era de refletir sobre as decisões que são tomadas para concretização do turismo. A *integração do turismo em comunidades locais, ou em territórios campesinos* em Moçambique, tal como foi evidenciado, é difundida, a partir de um prossuposto de que, o turismo que compreende a "oferta e procura", pode ser instrumento económico para alavancar a economia das comunidades locais, pois, a oferta turística pode gerar trabalho direto (emprego) e indireto (auto-emprego). Por outro lado, há uma crença de a procura turística está assegurada. Tendo em conta o poder de compra na sociedade Moçambique, está claro que os consumidores de produtos turísticos são estrangeiros, pelo que, cada vez mais, o turismo submete a economia nacional na dependência estrangeira.

O processo de integração do turismo, na autarquia de Inhambane, não decorre com o objetivo de diversificação das fontes de renda nas forças produtivas internas, mas está associado às tentativas de realocação do capital a um segmento económico que já

demonstrou ser mais rentável, e em menos tempo. A fraca aderência das forças produtivas ao turismo, em parte tem a ver com a falta de dinheiro para realizar investimentos à dimensão do que os turistas exigem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região costeira na autarquia de Inhambane é alvo de processos de territorialização do capital turístico, sem observância das fragilidades dos ecossistemas, dos modos de vida da população local e dos seus diversos problemas sociais. O processo de territorialização do capital turístico decorre a partir da expropriação da terra dos camponeses por espoliação. Observa-se ainda que quando se aprova um projeto turístico, os sujeitos fixados nas parcelas abrangidas são alijados da discussão do encaminhamento dos projetos. Em seguida à edificação de empreendimentos turísticos, das infraestruturas, os trabalhadores continuam alijados. Por isso, pode-se dizer que as dinâmicas espaciais na autarquia de Inhambane, isto é, a "territorialização" do capital turístico se mescla desarmonicamente, aos sistemas que sustentam a vida dos camponeses.

Convém interpretar que as transformações internas motivadas por projetos turísticos estão inseridas no contexto global de submissão de Moçambique aos caprichos do capital internacional. Isso ocorre também com a infra-estrutura, em que se vê que os postes de distribuição da corrente elétrica e as estradas de ferro/linhas férreas, na sua maior extensão, são destinadas ao escoamento das matérias-primas

Esses objetos espaciais de reprodução do capital, edificados para atender os "desejos" de sujeitos das classes média e rica, disputam o espaço com os barracões de madeira e zinco; com casas de alvenaria; com casas feitas na base de combinação de caniço, adobe, folhas de coqueiro, capim, com cemitérios familiares, curais, capoeiras, machambas objetos necessários para concretização da vida dos camponeses. De tal modo, que o contraste verificado na paisagem, de fato, é uma fotografia do distanciamento entre os projetos turísticos e a realidade social dos trabalhadores moçambicanos.

REFERÊNCIAS

CISTAC, Gilles e CHIZIANE, Eduardo. **Turismo e Desenvolvimento Local**. Universidade Eduardo Mondlane – Faculdade de Direito. Maputo, 2007.

CONSELHO MUNICIPAL DE INHAMBANE. **Plano Municipal de Gestão Ambiental do Município de Inhambane**, 2009

DIRECÇÃO PROVINCIAL DO TURISMO. **Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo da Província de Inhambane (2014 – 2020)**. Inhambane, 2014

HANLON, Joseph. **Paz sem beneficios:** como o FMI bloqueia a reconstrução de Moçambique. Tradução de Maria de Lurdes Torcato. Centro de Estudos Africanos. Imprensa Universitária – UEM, 1997.

JAMAL, Saíde. **Um olhar sobre o processo de descentralização em Moçambique - mecanismos de accountability pública:** Orçamento Participativo e os Conselhos Consultivos Locais. In: XII CONLAB 1º Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2015

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Estatísticas do Distrito Cidade de Inhambane**. Maputo, 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **IV Recenseamento Geral da População e Habitação 2017:** Resultados Definitivos. Moçambique: Maputo, 2019.
KNAFOU, Remy. Turismo e Território: Por uma abordagem científica do turismo. In: ADYR A. B. Rodrigues (Org.). **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. 2.ed. Hucitec, São Paulo, 1999.

ROVICENE, Samuel João; MASSUANGANHANE, Israel Jacob. **A terra**. DINAGECA: Maputo, 2001.

SANTOS, Milton. Da Totalidade ao Lugar. Editora da Universidade de São Paulo, 2005
PIKETTY, Thomas. **O Capital no século XXI**. Tradução Monica Baumgarten de Bolle. 1ª ed,. Intrínseca: Rio de Janeiro, 2014.

SOCIEDADE DE ESTUDOS DE MOÇAMBIQUE. **Protecção e Exploração dos Recursos Naturais de Moçambique**. Instituto de Investigação Científica de Moçambique, 1963.

SOCIEDADE DE ESTUDOS DE MOÇAMBIQUE. **Exploração dos Recursos Naturais. Instituto de Investigação Agronómica**, 1963.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e imperios alimentares:** lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Tradução de Rita Pereira. Editora da UFRGS: Porto Alegre, 2008.

Recebido em janeiro 2021.

Revisão realizada em junho de 2021.

Aceito para publicação em junho de 2021.